

A IMPRENSA ALTERNATIVA REVISITADA

SÉRGIO CAPARELLI*

RESUMO: A conceituação de imprensa alternativa pode ser buscada na História. Nos anos 60 e 70, ela identifica no Brasil a imprensa de oposição ao regime militar, por defender os interesses populares. Ela ocorre também em outros países da América Latina com outras características.

ABSTRACT: The concept of alternative press can be found in history. In the 60's and 70's, it identifies, in Brazil, the press which opposed the military regime, since it (the alternative press) defended the interest of the people. It can also be found in other Latin American countries, with other characteristics.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa : História
Imprensa: Alternativa
Imprensa: Política
Imprensa: Brasil
Imprensa: América Latina

KEY-WORDS: Press: History
Press: Alternative
Press: Politics
Press: Brazil
Press: Latin America

1 INTRODUÇÃO

Nesses últimos 20 anos muito se discutiu a respeito da imprensa alternativa. Sobre o seu papel. Sobre a sua força. Sobre o seu conteúdo revolucionário. Sobre a sua continuidade ou desaparecimento. E boa parte dessas discussões visava uma conceituação mais clara do que fosse essa imprensa alternativa.

Porém essa imprensa, dissecada nas universidades, nos partidos políticos e em outros grupos sociais, foi se transformando, como se ela se opusesse a uma conceituação rígida. Ou então, deixasse claro que não era alguma coisa estática e vivesse a dinâmica da conjuntura histórica, política, social e cultural da sociedade, onde situavam-se seus produtores, seus conteúdos e seus consumidores.

* Professor do Departamento de Comunicação da FABICO/UFRGS. Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de Paris, França.

Durante esse tempo, cada participante dessa imprensa, quer como emissor, quer como receptor, procurava situá-la no horizonte de sua prática. Houve quem dissesse que, por imprensa alternativa, entendia-se um tipo de imprensa de oposição, surgido no Brasil nos anos 60 e 70 para combater o autoritarismo militar. Outros, que essa imprensa era um meio de comunicação de minorias, procurando externar pontos-de-vista diferentes do monopólio ideológico da grande imprensa. Houve ainda quem dissesse que verdadeiramente alternativo foram os jornais *Opinião*, *Movimento*, *Em Tempo*, ou então, dezenas de outros, que iam de um jornal produzido por um núcleo eclesial de base a um trotskista, passando por um anarquista e por um dos homossexuais.

Essa discussão não acontecia apenas no Brasil. Tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, ou mesmo na Ásia e na África, discutia-se imprensa alternativa, seu papel, seus limites. Tomar conhecimento desses fatos ajuda na busca de uma conceituação mais ampla e menos tupiniquim de imprensa alternativa. Porque a China da Revolução Cultural, onde aparece a imprensa alternativa mural, os dazibaos, não era governado pelo general Médici e pelo AI-5. Nem a França saída do Maio de 1968 situava-se ao sul do Equador. Ou uma possível folha trotskista na União Soviética de Leonid Brejnev não era impressa num *aparelho* do Leblon e distribuída em Volta Redonda, com o nome genérico de Samizdat.

Dez anos depois de um estudo sobre esse assunto, publicado em *Comunicação de Massa sem Massa*, voltamos hoje à imprensa alternativa. As mudanças no Brasil e no mundo foram cheias de ensinamentos. Muitos sonhos alternativos naufragaram. Outros, de alternativos, vestiram a carapaça da situação, e tornaram-se rádios e televisões comerciais na Itália e na França. Há os que resistiram e resistem. No Brasil e no resto do mundo. Certos de que existe espaço para a comunicação alternativa desde que ela não seja apenas sonho mas também trabalho.

Este estudo tem como objetivo revisitar a imprensa alternativa anos depois. Ver até que ponto o conceito de imprensa alternativa foi clarificado. Se ela ampliou ou restringiu seus limites. Boa parte desse estudo é dedicado a esse fenômeno no Brasil, mas discutiremos também situações no Cone Sul da América Latina ou em outros países, na medida em que auxiliam na sua compreensão.

2 PROBLEMA DA CONCEITUAÇÃO

Em nosso texto anterior, analisávamos a precariedade do termo alternativa, que exige um complemento nominal. Nenhuma imprensa é alternativa no vazio perfeito. O termo exige um complemento nominal, muitas vezes implícito no discurso. Em um livro publicado anos depois, por Mar de FONTCUBERTA e GOMEZ MOMPART, conhecíamos uma posição semelhante:

a) o alternativo em comunicação não existe como definição estável nem pode existir;

b) o alternativo depende da conjuntura concreta de cada panorama comunicativo; e

c) mais do que falar de comunicação alternativa é necessário se referir a elementos alternativos da comunicação (2, p. 26).

Esses mesmos autores adiantam, a partir de análises de teóricos italianos, franceses ou latino-americanos, que esses elementos alternativos podem ser buscados tanto junto ao emissor como junto aos meios e aos receptores.

Havíamos levantado boa parte dessas reflexões em nosso trabalho anterior, mas nos surpreendemos com o espírito de síntese desses teóricos que divergiam de certa corrente latino-americana, que pretende ver a imprensa alternativa como expressão da oposição ao discurso capitalista dos meios massivos. Mesmo que a imprensa alternativa regional, especialmente a do Cone Sul da América Latina, tenha existido numa conjuntura histórica e política, favorável a esses conteúdos em oposição aos valores do sistema capitalista, o fenômeno não se restringe a essa época e lugar. O fato da expressão ter nascido na Europa, após o movimento dos estudantes franceses de maio de 1968, reforça essa posição. No entanto, vamos mais longe. A expressão pode ter 20 anos, mas o fenômeno é mais antigo. Uma análise diacrônica da comunicação possibilita melhor compreensão desse tipo de imprensa. Tome-mos o exemplo da imprensa da Revolução Francesa e da Revolução Russa.

3 REVOLUÇÃO FRANCESA

Até a revolução de 1789, a publicação dos jornais na França dependia de uma autorização real. Não é preciso muito esforço para compreender que tipo de jornalista recebia autorização para imprimir suas folhas. Havia então um determinado modo de produção, ao fim do feudalismo, com sua ideologia justificadora. Isso não impediu que surgisse, ainda antes da Revolução, o *Correio da Provença*, de Mirabeau, combatendo a realza dominante e propondo uma sociedade nova, em oposição ao sistema comunicativo aristocrático.

Com a Revolução, multiplicam-se os jornais. E eles continuam com elementos alternativos e também com uma alternativa em termos de público, já que as folhas políticas eram canais de expressão de grupos sociais com pontos de vista diferentes, mas todos eles unidos em torno da queda da aristocracia e pela República. Mas aqui uma pausa: após os primeiros momentos da revolução, em que retornam os jornais defendendo a realza como o *Acte dos Apôtres*, começa o Terror. Os jornais realistas desaparecem. E temos aqui, como dominante, a antiga imprensa alternativa. Só que dividida. Agora o rei está morto. E a imprensa vai do *Amigo do Povo*, de Marat, ao *Le Père Duchesne*, de Hebert, passando pelo *Le Défenseur de la Constitution* e *Le Journal des Jacobins*, de Robespierre. Expressavam tendências diferentes, interesses diferentes, pontos-de-vista diferentes. Durante o Terror, o *Amigo do Povo*, de Marat, pedia cabeças, apontava nomes, exigia a lubrificação das engrenagens da guilhotina. Da mesma forma *O Jornal dos Jacobinos* ou *O Defensor da Constituição*, de Robespierre, todos eles republicanos ardentes, denunciavam a tendência federalista dos Girondinos.

Nessa fase, extirpada completamente a imprensa realista, quem é a imprensa alternativa? *Le Patriote Français*, de Brissot, girondino que defendia o federalismo derrotado? Ou *O Amigo do Povo*, do intransigente Marat, que por sua vez experimenta o fio da guilhotina por defender princípios diferentes dos “sans culotte” de Robespierre?

4 REVOLUÇÃO RUSSA

Hoje, na União Soviética, o dia da imprensa é comemorado no 5 de maio, em homenagem ao Jornal *Pravda*, que foi criado nessa data, em 1912, pelos revolucionários. Diante da imprensa czarista, ele procurava unir os trabalhadores do campo e da cidade, com vistas a uma sociedade nova. O *Pravda*, que quer dizer verda-

de, foi fechado em 1913. Reabriu logo depois com o nome de *Rabóchái Pravda* — A Verdade do Operário. Fechado novamente pela polícia do Czar, reapareceu oito vezes, sempre com nomes diferentes mas mantendo o termo *Pravda* no seu título. Além de um conteúdo alternativo, ele tinha, como emissores, políticos e trabalhadores, subsistindo com doações da própria comunidade ideológica.

Por que esses jornalistas não iam trabalhar também na grande imprensa, da social-democracia, dos mencheviques ou de outros partidos conciliadores, em vez de se dedicarem inteiramente a essas folhas políticas revolucionárias? Por diversas razões, explicadas apenas pela conjuntura concreta do panorama comunicativo russo. Mas, dentre todas, a mais importante: LENIN acreditava que haveria mudanças na imprensa apenas a partir do momento em que os jornais estivessem nas mãos dos revolucionários, ou seja, do Partido Comunista (4). Ou no entender de Mar de FONTCUBERTA e GOMEZ MOMPART, por acreditar que o emissor, concentrando em si o poder de emitir, é quem domina o discurso político. Para isso, tem de se lutar pela tomada do poder (2, p. 98). Mas estávamos em 1917, e não no tempo em que o jovem MARX fazia a defesa da liberdade de imprensa dentro do modelo liberal (6). LENIN ilustra bem essa impossibilidade de um artigo sobre os jornalistas social-democratas nos jornais burgueses. Ele começa dizendo: “É admissível que um social-democrata colabore em jornais burgueses? Não. A esse tipo de colaboração se opõem tanto as razões teóricas como o decoro político e a prática da social-democracia européia” (4, p. 159).

Os bolchevistas tomaram o poder em outubro de 1917. E o novo jornalismo, sob Lenin, na construção de uma sociedade nova, prosseguiu com os objetivos de unir os trabalhadores na construção do socialismo. Observe-se, no entanto, que havia mudado a sociedade russa — então em guerra civil — e havia mudado o panorama comunicativo. Nos anos 20, o sistema comunicativo prossegue nesse ritmo de mudança, agora ao compasso da “agit-prop”, que incorpora as artes, o cinema e o rádio. Mas quando e onde o *Pravda* deixou de ser uma imprensa alternativa? Quando, expressando idéias do poder, distanciou-se dos elementos alternativos em seu conteúdo? Quando os profissionais políticos o recriaram à imagem e semelhança da tendência dominante dentro do Partido Comunista? Ou durante os massacres de milhões de pessoas por Stalin, no processo de coletivização forçada iniciada em 1929, em que o *Pravda* elogiava as virtudes do realismo socialista e se esquecia das fossas gigantescas para decomposição de cadáveres?

Esses dois exemplos trazem-nos de volta à idéia de que o termo alternativo implica opção, conduz a um “alter”, a um outro, seja ele o comum, o dominante, o oficial, o capitalismo, mas não só o capitalismo. A bem dizer, a imprensa alternativa dos jacobinos e dos girondinos lutavam a favor dos valores da burguesia e do capitalismo. É preciso reconhecer também que o termo passa a ser utilizado de uma maneira mais específica, quase com a dimensão de metonímia, apenas nos últimos 20 anos. Como se sabe, metonímia é a figura de estilo que consiste em designar um objeto por uma palavra designativa doutro objeto, que tem com o primeiro uma relação de autor e obra, parte e todo, lugar e produto, continente e conteúdo. No caso, a imprensa alternativa substitui o todo por um de seus elementos. Em outras palavras, a esquerda estabelece um seqüestro semântico que, no dizer de Mar de FONTCUBERTA e GOMEZ MOMPART, em mais de uma ocasião teve um efeito “boomerang” de desafortunadas conseqüências (2, p. 35).

5 ALTERNATIVAS NO CONE SUL

Não é aqui nosso objetivo analisar em detalhes as ditaduras militares instaladas no Brasil e no resto do Cone Sul, de 1964 até agora. Dizemos apenas que as ditaduras instalaram regimes autoritários num período de crise hegemônica, quando faliu o modelo de desenvolvimento industrial de substituição de importações. Houve golpes de Estado no Brasil (1964), na Argentina (1966 e 1976), no Uruguai (1967 a 1973) e no Chile (1973). Apesar do termo Cone Sul, aqui não se inclui a velha ditadura de Alfredo Stroessner do Paraguai, um regime autoritário ao estilo tradicional, personalista, pouco comparável às ditaduras burocrático-autoritárias nos outros países.

Essas ditaduras militares pautaram-se pela censura aos meios de comunicação, pela perseguição aos jornalistas, pelo fechamento de órgãos de imprensa, pela exclusão políticas dos autores sociais enquanto fontes de informação. Procuraram destruir as organizações de trabalhadores e os partidos políticos que se opusessem à inserção desses países à nova ordem internacional capitalista. Perpetraram o assassinato ou fizeram desaparecer milhares de oponentes que não compactuavam com a ideologia dominante.

As classes populares reuniram-se em bolsões de resistência em todos os setores, incluindo-se a imprensa. Surgiram elementos alternativos dentro do panorama comunicativo tradicional, quer em relação aos emissores, quer em relação aos conteúdos, quer na atuação dos receptores. Essa constatação não significa que antes a grande imprensa fosse um canal das manifestações populares, mas é de se reconhecer que o autoritarismo obstruiu ainda mais as brechas então existentes no sistema de comunicação tradicional. E o que é mais: fechou canais naturais de comunicação informal, como os partidos políticos, as associações de bairros, os núcleos de comunicação da Igreja.

No Brasil, surgiram elementos alternativos no panorama de comunicação então existente, como os jornais *Movimento*, *Opinião*, *Em Tempo*, *Coojornal*, *Aqui*, *São Paulo*, *Pasquim*, *Lampião*, *Ex*, *Bondinho* e *O Amigo do Rei*. A citação desses títulos não é fortuita. Muitos jornais importantes estão de fora. Mas os citados englobam desde jornais trotskistas aos ortodoxos; dos que defendem as minorias homossexuais aos anarquistas; dos jornais da Igreja esclarecida aos cooperativados, formando o conjunto elementos alternativos em relação ao tipo de emissor e ao modo de produção, aos conteúdos e à organização dos receptores.

La Hora, *Alternativa*, *Brecha*, *El Popular*, *Búsqueda*, *Compañero*, *Crónica Económica*, *Jaque*, *Opinión* e *La Democracia* foram editados no Uruguai. Como no Brasil, a repressão instalou-se de maneira permanente contra essa imprensa alternativa. Em abril de 1981, *Opinar* é fechado por quatro edições; no mês de setembro, *La Democracia* é fechado por quatro edições; um mês depois, fechado novamente por oito edições; em julho de 1982, *La Razón* é fechado por oito edições; também em 1982, *Opción* é fechado definitivamente; em janeiro de 1982, *Búsqueda* é fechado por cinco edições e *El Dedo* é fechado definitivamente em fevereiro de 1983.

O caso chileno é diferente porque a imprensa com elementos alternativos surgiu durante o tempo de Allende, chegando até mesmo a competir com a imprensa da burguesia. Eram os jornais do Partido Socialista, do Partido Comunista, do Movimento da Esquerda Revolucionária. Talvez seja esse um dos poucos exemplos em

que numa democracia do tipo ocidental a imprensa alternativa chegou a competir quase em pé de igualdade com a imprensa da burguesia, chegando em alguns casos a suplantá-la, além de utilizar idêntica fonte de subsistência — a publicidade e

a venda avulsa. Pouco antes do golpe de Pinochet, a alternativa chilena contava com cinco jornais de circulação nacional, num total de 312 mil exemplares, e a reação possuía seis jornais, com 450 mil exemplares de tiragem (8, p. 65).

Logo após o golpe de 1973, jornalistas foram executados, jornais com elementos alternativos bombardeados e fechados. Com a permissão para a publicação de jornais que apoiaram o golpe, as tiragens ficaram 30 a 40% abaixo do total do período de Allende. As revistas tinham índice 100 em 1972, baixaram para 96 no ano seguinte, a 72 em 1974 e a 30 em 1981. Em outras palavras, repetiu-se a censura, a perseguição violenta, o fechamento de órgãos da imprensa e a exclusão política dos receptores.

Essa imprensa com elementos alternativos reaparece no governo de Pinochet, após a época de maior repressão. Enquanto no período de Allende era produzida principalmente por partidos políticos, reaparece publicada pela Igreja, como o boletim *Solidariedad* ou por leigos, como *La Bicicleta*. Há outros jornais e revistas vinculados a grupos políticos de oposição, como *Apsis*, *Fortim Mapocho* e *Cauce*. Temos, no Chile, um exemplo de imprensa alternativa, contrária à ditadura do General Pinochet e aos grupos econômicos que ele representa. Essa imprensa apresenta, porém, elementos alternativos diferenciados. A linha de *Solidariedad* é diferente de *La Bicicleta*. O que para Pinochet é imprensa de oposição pode esconder particularidades inconciliáveis. Uma publicação ligada obscuramente ao Partido Comunista pode não ser considerada alternativa para o Movimento de Esquerda Revolucionária.

Em cada um desses três países, há pontos comuns dos elementos alternativos (por exemplo, a rejeição do regime autoritário), e particularidades que tornam singular cada experiência.

A Argentina dificilmente poderia discutir uma imprensa alternativa dos moldes da uruguaia, brasileira ou chilena, especialmente durante a *Revolución Argentina*, de Lanusse (1966-1973) e do *Proceso de Reorganización Nacional*, de Videla, Levingston e Galtieri (1976-1983). Talvez, sim, durante a *Revolución Argentina*, principalmente no seu final, que terminou com o *Cordobazo*. Mas o *Proceso de Reorganización Nacional* foi implacável, com seus 91 jornalistas mortos e com suas 30 mil pessoas desaparecidas. Quando a repressão não foi total, ainda existiam revistas, como *Crisis* ou *Cuestionario*. Depois, o silêncio.

Outra particularidade do caso argentino em relação ao brasileiro, chileno e uruguaio: no Brasil e no Chile, a Igreja formou um grupo com elementos alternativos de oposição. No Uruguai, onde a imprensa tem uma tradição partidária mais forte, formaram-se canais alternativos de expressão através dos partidos. Mas na Argentina a repressão sangrenta acabou com os grupos políticos e a Igreja não desenvolveu trabalho de oposição, por estar ligada ao Estado e por seus membros receberem salários do governo. Houve resistência, em especial entre sacerdotes ligados à Teologia da Libertação, mas quase toda a cúpula eclesiástica compactou com o autoritarismo. Isso impediu que ao lado dos meios de comunicação tradicionais se criasse uma gigantesca rede alternativa de comunicação, formada, como no Brasil, pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica.

6 NOVOS TEMPOS. NOVOS?

Essa imprensa chamada alternativa forjou-se na prática das lutas sociais do Cone Sul da América Latina. Ela foi perseguida. Seus jornalistas presos. Exilados. Mortos. Ela surgiu ao lado da grande imprensa ou contra a grande imprensa, que representava os interesses dominantes.

No início dos anos 80, veio a liberalização do regime, a mudança do panorama comunicativo e transformações na conjuntura política e social. Com exceção do Chile, o Cone Sul da América Latina se liberalizou, com a saída dos militares do Governo e a entrega do poder aos civis. A imprensa alternativa uruguaia e brasileira já haviam dado um salto qualitativo. Aqui, expressando mais claramente a posição de partidos políticos, de sindicatos e de comunidades. Esse trabalho às vezes não é visível. Jornais, como o do Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo e dos Bancários de São Paulo quase não se mostram em bancas de revistas. Já no Uruguai, eles se tornaram órgãos de partidos políticos não tradicionais.

Mas o sonho acabou para muitos deles. Não só para os que defendiam interesses de minorias, mas também dos que no passado integravam frentes populares contra o autoritarismo ou partidos políticos clandestinos. Jornais como *Movimento* desapareceram. Há elementos alternativos que deixam de ser alternativos quando muda a História.

Em um trabalho recente, Raimundo Rodrigues PEREIRA diz que a imprensa alternativa brasileira:

a) não foi um mecanismo de correção da outra imprensa, nem só existiu para que esta se corrigisse;

b) a grande imprensa tradicional não retornou nem retornaria, com a liberalização, a um papel normal de dar voz a todos os interesses e promover mudanças;

c) a imprensa popular e proletária de hoje (1982) não só seria herdeira das lutas travadas por uma imprensa alternativa formada por várias correntes de opinião no passado como é uma das grandes esperanças etc.; e

d) a imprensa alternativa não teria prosperado nos anos de fechamento político como o *fogo-fátuo da noite do autoritarismo*, pois além de ter sido violentamente atingida pelos atos de repressão, foi com a abertura que ela havia prosperado, que havia multiplicado o número e a tiragem dos jornais populares e tinha aberto o espaço para o salto qualitativo que representavam os jornais partidários. (7, p. 56).

Nós estamos de acordo em quase tudo com essa posição de Raimundo PEREIRA, do notável jornal *Movimento*. Uma de suas afirmações levanta dúvida, ou seja, a de que tenha multiplicado o número e a tiragem dos jornais populares. No início da liberalização, acreditamos que sim. Agora temos dúvidas de que as tiragens dessa imprensa alternativa e seus títulos ainda estejam aumentando. Mas concluímos pela continuidade do que se chamou salto qualitativo: três jornais de sindicatos de São Paulo — o *Sindiluta*, a *Folha Bancária* e a *Tribuna Metalúrgica* tiram um total de 150 mil exemplares diários. E ao contrário dos alternativos anteriores, não são semanários ou mensários, além de circular dentro de uma comunidade de trabalhadores, a maioria deles operários. Não se dirigem, como antes, a uma pequena burguesia intelectual de esquerda. Como dissemos, é outra a conjuntura histórica e política

brasileira. Junto com esses alternativos e populares, continuam as publicações da Igreja Católica, que em 1984 chegavam a 2 milhões de exemplares mensais em seus 3 mil boletins (3). Porém nos faltam dados para uma análise quantitativa de sua evolução.

Concordamos com essas considerações mas não com a ética do autor. Porque ele as estabelece por oposição à linha de raciocínio por nós realizada em nosso trabalho sobre imprensa alternativa de 10 anos atrás. Porém nunca dissemos que a imprensa alternativa tenha surgido como mecanismo de correção da grande imprensa, nem que a grande imprensa tenha o papel de dar voz às classes subalternas, ou ainda que a imprensa alternativa do início dos anos 80 não fosse herdeira das lutas da imprensa alternativa anterior nem que tivesse passado ao largo da repressão. Na ocasião, havíamos afirmado que "... a situação predominante provoca o aparecimento de alternativas pois o conteúdo da grande imprensa estaria subserviente a um poder autoritário e não agindo no sentido de mudanças na estrutura da sociedade brasileira" (1, p. 44). E fizemos também nossas palavras a resposta de Jaguar, do *Pasquim*, em questionário que lhe enviamos, no sentido de que estes jornais foram fundados para que se tivesse um veículo que comentasse a situação sócio-político-econômica do país, que os jornais consagrados e empresariais não comentam, ou, quando o fazem, obedecem à ideologia dominante. Quanto à repressão, fizemos um levantamento dos métodos da ditadura, inclusive quantificados, que ia da prisão do jornalista à explosão de bombas.

7 ESPAÇOS DE LIBERDADE

É de 1906 a pergunta de LENIN sobre a possibilidade de um social-democrata trabalhar em um jornal burguês. Sua resposta tinha sido não (4). A questão era, antes de tudo, da tomada do poder. Só depois os jornais poderiam servir à pedagogia socialista. Daí a crença de que nas mídias burguesas nunca poderiam existir espaços alternativos.

Se a pergunta fosse dirigida a Gramsci, a resposta certamente seria outra. Para ele, não se deve fazer uma guerra de assaltos mas de posições. E, no âmbito da comunicação, se pressupõe que a luta pelos meios de comunicação não é simplesmente uma luta pelo poder, mas uma penetração física e por consequência ideológica, no tecido do aparelho de comunicação (2, p. 98).

Pode uma pessoa de esquerda trabalhar em um meio de comunicação burguês? A resposta seria sim, com objetivos de se *ganhar espaços de liberdade*. Essa posição explica em muito o comportamento de diversos profissionais de imprensa. E ajuda a compreender melhor o papel de alguns jornais brasileiros na luta pela democracia, mesmo que ela tivesse um caráter burguês. A grande imprensa não seria então um bloco monolítico ideológico. Eles representariam classes e frações de classe. E não seriam então aparelhos ideológicos subordinados diretamente à classe ou fração de classe dirigente. Ao fim do regime militar, alguns órgãos da grande imprensa, como a *Folha de São Paulo* apoiaram a campanha da redemocratização.

Há objeções. Alguém poderia dizer que se tratava de uma estratégia de marketing político subordinado a médio prazo ao marketing econômico. Ciro MARCONDES FILHO, relata o ponto-de-vista do diretor de redação da *Folha de São Paulo*:

“Os meios de comunicação são de modo geral contra o restabelecimento das diretas. O país, porém, aponta sinais de exaustão e de insuportabilidade da crise econômica. Parecia chegado o momento de apostar nas massas e construir, por meio disso, uma imagem renovada na opinião pública. Em abril, a tese se confirmaria, quando o jornal constata que o país estava mudando”. (5, p. 168)

As palavras do diretor da *Folha*, mostram de que maneira uma aspiração autêntica dos setores populares, contrária à posição dos grupos dominantes, pode ser trabalhada pela grande imprensa para lhe vender dividendos ideológicos e econômicos. Ideológicos, porque o jornal poderia desvincular sua imagem dos períodos mais sórdidos da ditadura e fazer a maquiagem dos novos tempos. Econômicos porque aumentariam as tiragens, atingindo novos consumidores de bens culturais. E, finalmente, essa decisão dos empresários repetiria o velho comportamento das classes dirigentes de entregar o anel para ficar com o dedo. Apoiavam as diretas, sim, mas desde que as forças populares mais combativas ficassem marginalizadas do processo.

Mesmo com todas essas ressalvas, no nosso entender o movimento das *diretas-já* foi um espaço alternativo na grande imprensa. Outro exemplo desses elementos alternativos é a série de reportagens *O massacre dos posseiros*, de Ricardo Kotscho, publicadas na mesma *Folha de São Paulo*, e posteriormente reunidas em livro. São as chamadas brechas existentes na grande imprensa, que existem também no rádio e na televisão, apesar das mídias eletrônicas serem controladas com mais rigor.

8 BIBLIOGRAFIA

- 1 CAPARELLI, Sérgio. *Comunicação de Massa sem Massa*. São Paulo, Cortez, 1982. 130 p.
- 2 FONTCUBERTA, Mar de & GOMEZ MOMPART, J. L. *Alternativas de Comunicación: crítica de experiencias y teorías*. Barcelona, Mitre, 1983.
- 3 A IMPRENSA dos Trabalhadores. *Tempo e Presença*, São Paulo (228): 14-18, mar. 1988.
- 4 LENIN, Wladimir Ilich. *La Información de Clase*. Mexico, Siglo XXI, 1978. 256p.
- 5 MARCONDES FILHOS, Ciro. *O Capital da Notícia*. São Paulo, Ática, 1986. 188p.
- 6 MARX, K. *A Liberdade de Imprensa*. Porto Alegre, L&PM, 1980. 136p.
- 7 PEREIRA, Raimundo. Vive a Imprensa Alternativa: Viva a Imprensa Alternativa. In: FESTA, Regina & SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Comunicação Popular e Alternativa no Brasil*. São Paulo, Paulinas, 1968. 170p.
- 8 SCHMUCLER, Hector et alii. *Argentina, Cuba: realidad política y medios masivos*. Mexico, UAM, 1979. 96p.